



Centro Universitário de Brasília – CEUB
Programa de Mestrado em Psicologia
Linha de Pesquisa: Cultura e processos psicossociais

DANIEL OLIVEIRA ZACARIAS

‘SE É DE ESQUERDA É PRETO?’: A INFLUÊNCIA DA VINCULAÇÃO POLÍTICA NA
PERCEPÇÃO RACIAL DE CANDIDATOS

BRASÍLIA

2023

DANIEL OLIVEIRA ZACARIAS

‘SE É DE ESQUERDA É PRETO?’: A INFLUÊNCIA DA VINCULAÇÃO POLÍTICA NA
PERCEPÇÃO RACIAL DE CANDIDATOS

Dissertação apresentada no Instituto CEUB de
Pesquisa e Desenvolvimento – ICPD como
requisito final à obtenção do título de Mestre.
O presente trabalho foi realizado com
apoio da Coordenação de
Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível
Superior – Brasil (CAPES).

Linha de Pesquisa: Cultura e processos
psicossociais

Orientador: Dr. João Gabriel Nunes Modesto.

BRASÍLIA

2023

Folha de Avaliação

Prof. Dr. João Gabriel Nunes Modesto (Orientador)
Centro Universitário de Brasília (CEUB)
Universidade Estadual do Goiás (UEG)

Profa. Dra. Luana Elayne Cunha de Souza (Membro Interno)
Centro Universitário de Brasília (CEUB)

Prof. Dr. Ronaldo Pilati (Membro Externo)
Universidade de Brasília (UnB)

Prof. Dr. Leonardo Cavalcante de Araujo Mellos (Suplente)
Centro Universitário de Brasília (CEUB)

Agradecimentos

Gostaria de expressar minha sincera gratidão a todas as pessoas que desempenharam papéis essenciais na concretização desta dissertação de mestrado. Cada um de vocês contribuiu de maneira significativa para o sucesso deste trabalho e tenho a felicidade de dedicar esta seção de agradecimentos a vocês, que fizeram parte desta jornada.

Primeiramente, quero agradecer ao meu orientador, João Modesto. Sua dedicação e orientação foram fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho. Sua paciência, dedicação e opiniões moldaram minha pesquisa e me ajudaram a crescer como pessoa. Sou profundamente grato por sua confiança em mim e pela oportunidade de aprender com você.

Agradeço também aos membros da banca examinadora. Suas críticas construtivas e sugestões foram de extrema importância para aprimorar minha dissertação. Suas contribuições enriqueceram a qualidade deste trabalho, e sou grato pela generosidade de compartilharem seu conhecimento comigo.

Expresso minha gratidão a todos os meus colegas de mestrado, amigos e familiares que estiveram ao meu lado durante esta jornada. Seu apoio, encorajamento e presença foram um alento nos momentos desafiadores. As discussões, o compartilhamento de ideias e a troca de experiências moldaram e fortaleceram minha pesquisa. Sou grato por cada palavra de incentivo e pelo apoio mútuo que nos impulsionou a alcançar nossos objetivos.

Gostaria de dedicar um parágrafo especial à ciência brasileira e às dificuldades enfrentadas pelos cientistas em nosso país. A ciência brasileira possui um potencial imenso, repleto de mentes brilhantes e pesquisadores dedicados, que buscam incessantemente expandir o conhecimento e promover avanços em suas respectivas áreas. Apesar desses obstáculos, os cientistas brasileiros persistem. É essencial reconhecer e valorizar o trabalho árduo desses profissionais, bem como incentivar o apoio contínuo à ciência em nosso país.

Como também a Alexandra Elbakyan que desafiou o status quo do acesso restrito à informação científica que democratizou o conhecimento científico e garante o acesso aberto à informação que tem impactado milhões de pesquisadores e estudantes ao redor do mundo, como eu. Uma ciência verdadeiramente emancipatória e libertadora deve ser comprometida com a buscando a justiça social, a igualdade e a democratização do conhecimento científico para o benefício de toda a humanidade.

Por fim, mas certamente não menos importante, agradeço do fundo do meu coração a meus pais e familiares. Seu amor, apoio emocional e confiança em mim foram o alicerce que sustentou minha jornada acadêmica. Sua presença constante, e sacrifícios para me ajudar a alcançar meus sonhos são uma fonte inesgotável de gratidão. Sou imensamente agradecido(a) por tudo que fizeram por mim.

Novamente, meu sincero agradecimento a todos vocês por fazerem parte da minha jornada acadêmica.

“Se os pioneiro é da Inglaterra
minha caneta é que nem o Pelé”

(FEBEM)

Sumário

Resumo.....	1
Abstract.....	3
Introdução.....	4
Contexto político brasileiro.....	7
Identidade social e polarização política.....	9
O papel étnico-racial na política.....	12
Visão Geral dos Estudos.....	16
Estudo Preliminar ao Estudo 1.....	16
Método.....	16
Participantes.....	16
Instrumentos.....	17
Procedimentos.....	17
Resultados e Discussão.....	17
Estudo 1.....	19
Método.....	20
Participantes.....	20
Instrumentos.....	20
Procedimentos.....	21
Resultados.....	21
Discussão.....	24
Estudo Preliminar do Estudo 2.....	26
Método.....	26
Participantes.....	26
Instrumentos.....	26
Procedimentos.....	27
Resultados e Discussão.....	27
Estudo 2.....	29
Método.....	29
Participantes.....	29
Instrumentos.....	30
Procedimentos.....	31
Resultados.....	31
Discussão.....	34
Discussão Geral.....	35
Referências.....	38
Anexo.....	46
Anexo A.....	46
Anexo B.....	48

Lista de Tabelas

Tabela 1. Medidas de tendência central e teste t de uma amostra das faces masculinas.....	18
Tabela 2. Medidas de tendência central e teste t da percepção do posicionamento político do candidato.....	22
Tabela 3. Medidas de tendência central e teste t da percepção racial do candidato.....	22
Tabela 4. Medidas de tendência central e correlações de Pearson entre percepção racial e intenção de voto ao candidato.....	23
Tabela 5. Medidas de tendência central e teste t de uma amostra das faces femininas.....	27
Tabela 6. Medidas de tendência central e teste t da percepção do posicionamento político da candidata.....	31
Tabela 7. Medidas de tendência central e teste t da percepção racial da candidata.....	31
Tabela 8. Medidas de tendência central e correlações de Pearson entre percepção racial e intenção de voto a candidata.....	33

Lista de Figuras

Figura 1. Faces masculinas selecionadas como mais ambíguas.....	19
Figura 2. Diferença de percepção racial entre cenários face masculina.....	23
Figura 3. Face feminina selecionada como mais ambíguas.....	28
Figura 4. Diferença de percepção racial entre cenários face feminina.....	32

Resumo

Estudos internacionais têm encontrado evidências que tendemos a acreditar que políticos que são mais pretos seriam mais progressistas do que os que são brancos. Mas como isso se dá em um contexto multirracial e, polarizado politicamente como o Brasil? Em nosso país, é comum o entendimento de que as fronteiras entre os diferentes grupos raciais seriam ambíguas. Nesse sentido, na presente pesquisa, busca-se analisar a relação entre percepção racial e política. Isto é, se indivíduos pardos apresentados como de esquerda são mais propensos a serem percebidos como pretos e, inversamente, se indivíduos pardos apresentados como de direita são mais propensos a serem percebidos como mais brancos. Para alcançar esse objetivo, foram conduzidos dois estudos. No Estudo 1, após um teste preliminar para validar as faces de homens a serem utilizadas na pesquisa, a amostra foi composta por 576 participantes, os quais informaram seus dados sociodemográficos, examinaram a foto de uma pessoa parda apresentada junto de um pequeno texto que descrevia a pessoa como um político de esquerda ou de direita em uma manipulação experimental entre participantes. A pesquisa foi realizada online. Verificou-se que foram encontradas diferenças significativas entre as condições, $t(574) = 5,692, p < 0,001, d = 0,475$, em que o político apresentado como de esquerda foi percebido como mais preto ($M = 6,47; DP = 1,92$) se comparado ao político apresentado como de direita ($M = 5,39; DP = 2,61$). Adicionalmente, foi identificado que, quando avaliado o político de esquerda, houve uma relação positiva entre intenção de votos e percepção do candidato como mais preto ($r = 0,12, p = 0,038$). Tal relação não foi encontrada para o candidato de direita ($r = 0,03, p = 0,568$). O estudo sugere que a orientação política foi usada pelos participantes para identificar a cor do político, sugerindo que tendemos a perceber as pessoas de uma maneira diferente em função da vinculação política delas.

Já no Estudo 2, replicamos o Estudo 1, mas utilizando faces de mulheres. A amostra foi composta por 240 participantes, que examinaram a foto de uma mulher parda apresentada com um pequeno texto descrevendo suas orientações políticas, manipuladas experimentalmente entre os participantes. A pesquisa também foi realizada online. Os resultados do Estudo 2 indicaram que a percepção racial das candidatas mulheres pardas não foi influenciada pela orientação política, $t(237) = -1,777$, $p = 0,077$, $d = -0,232$, ao contrário do que foi observado no Estudo 1 com candidatos pardos. Ou seja, não houve diferenças significativas na percepção da raça-cor das candidatas com base na orientação política apresentada. Esses resultados sugerem que a percepção racial de candidatos pardos pode variar não apenas em função da orientação política, mas também em função do gênero. A falta de diferenças na percepção racial com base na orientação política no Estudo 2 destaca a importância da representatividade e das interseccionalidades de gênero e raça na percepção política. Os resultados dos dois estudos indicam que a orientação política influencia a percepção racial de políticos pardos, mas essa relação pode variar de acordo com o gênero dos candidatos. Essas descobertas contribuem para uma melhor compreensão dos processos psicológicos envolvidos na percepção de indivíduos pardos em um contexto de diversidade étnico-racial como o brasileiro.

Palavras-chave: Identidade Política; Teoria da Identidade Social; Percepção étnico-racial.

Abstract

International studies have found evidence that we tend to believe that darker-skinned politicians would be more progressive than their white counterparts. But how does this play out in a multiracial and politically polarized context like Brazil? In our country, it is common to understand that the boundaries between different racial groups are ambiguous. In this study, we aim to analyze the relationship between racial perception and politics. That is, whether individuals who are biracial and presented as left-wing are more likely to be perceived as black, and conversely, whether biracial individuals presented as right-wing are more likely to be perceived as white. To achieve this objective, two studies were conducted. In Study 1, after a preliminary test to validate the male faces to be used in the research, the sample consisted of 576 participants who provided their sociodemographic data. They examined a photo of a biracial person presented alongside a short text describing the person as a left-wing or right-wing politician in an experimental manipulation among participants. The research was conducted online. Significant differences were found between the conditions, $t(574) = 5.692$, $p < 0.001$, $d = 0.475$, indicating that the left-wing politician was perceived as darker ($M = 6.47$; $SD = 1.92$) compared to the right-wing politician ($M = 5.39$; $SD = 2.61$). Additionally, it was identified that for the left-wing politician, there was a positive relationship between voting intention and perception of the candidate as darker ($r = 0.12$, $p = 0.038$). Such a relationship was not found for the right-wing candidate ($r = 0.03$, $p = 0.568$). The study suggests that participants used political orientation to identify the race of the politician, indicating that we tend to perceive people differently based on their political affiliation. In Study 2, we replicated Study 1, but using photographs of biracial women. The sample consisted of 240 participants who examined a photo of a biracial woman presented with a short text describing her political orientations, experimentally manipulated among participants. The research was also conducted online. The results of Study 2 indicated that the

racial perception of the biracial female candidates was not influenced by political orientation, $t(237) = -1.777$, $p = 0.077$, $d = -0.232$, contrary to what was observed in Study 1 with biracial male candidates. In other words, there were no significant differences in the perception of the candidates' race based on the presented political orientation. These results suggest that the racial perception of biracial candidates can vary not only based on political orientation, but also based on gender. The lack of differences in racial perception based on political orientation in Study 2 highlights the importance of representation and the intersectionalities of gender and race in political perception. The results of both studies indicate that political orientation influences the racial perception of biracial politicians, but this relationship may vary depending on the gender of the candidates. These findings contribute to a better understanding of the psychological processes involved in the perception of biracial individuals in a socio-ethnic-racially diverse context like Brazil.

Keywords: Political Identity; Social Identity Theory; Racial Perception.

Introdução

Existe um ditado no qual se fala “política, religião e futebol não se discutem”. Porém, hoje a política deve ser um dos temas mais discutidos pelos brasileiros, no qual as redes sociais se tornaram canais de comunicação muito efetivos para se opinar, criticar ou fazer piadas sobre o tema. Essa popularização da discussão sobre política ocorre em um momento de polarização, em que as críticas que se referem ao seu campo ideológico-identitário não são mais bem-vindas.

Essa polarização ideológica e política evoluiu para um fenômeno no qual as pessoas desaprovam e desconfiam cada vez mais das pessoas de outros partidos ou ideologias. Em suma, cada vez mais “não gostamos” daquele que difere de nós e as consequências dessa polarização se estendem além do domínio político, transbordando para nossos relacionamentos (Huber & Malhotra, 2017), decisões de contratação (Gift & Gift, 2015) e até orientações médicas (Galli & Modesto, 2021; Hersh & Goldenberg, 2016). Orwell (1949/2021), em sua obra distópica *1984*, exemplifica um pouco esse cenário:

O pior dos Dois Minutos de Ódio não era que a pessoa fosse obrigada a participar, mas que, pelo contrário, era impossível não se envolver. Em trinta segundos, qualquer fingimento era sempre desnecessário. Um êxtase horrível de medo e vingança — um desejo de matar, torturar, arrebentar caras com uma marreta — parecia fluir por todo o grupo como uma corrente elétrica, transformando uma pessoa, mesmo contra a sua vontade, em um lunático que fazia caretas e gritava. (p.24)

Dessa maneira, Orwell (1949/2021) descreveu Dois Minutos de Ódio, quando os membros do Partido devem expressar sua aversão aos inimigos do Partido por exatamente dois minutos. *1984* é uma obra de ficção, mas não foge muito de nossa experiência de uma crescente polarização e radicalismo político (Ferreira de Oliveira, 2020; Fuks & Marques, 2020; Vrydagh & Jiménez-Martínez, 2020). Ao falar de polarização, discutimos processos

identitários e uma demarcação entre nosso próprio grupo político e os demais. Diferentes elementos podem contribuir com essa demarcação de limites identitários como moralidade (Franco & Pound, 2022), gênero (Jones & Brewer, 2019; Schneider & Bos, 2019), classe social (Capelos & Basu, 2022), ideologia, religião, etnia e raça (Mason & Wronski, 2018).

Na presente pesquisa, de maneira específica, buscaremos analisar a percepção racial de um indivíduo como um demarcador de identidade política. Para ilustrar, temos o caso de Wilson Gomes, pesquisador e professor negro da Universidade Federal da Bahia, que ao criticar ideias progressistas no Twitter, foi intitulado como branco que não queria perder seus privilégios (Wilson Gomes [@willgomes], 2022), ou seja, a percepção racial foi utilizada como um demarcador entre “progressistas” e “conservadores”. Afinal, se ele apresentava uma crítica a ideias progressistas, deveria ser conservador, logo, seria branco.

Para melhor compreender a polarização política no país, a fundamentação teórica é dividida em 3 subtópicos principais: contexto Político Brasileiro; Identidade Social e Polarização Política; O Papel Étnico-racial na Política. Em primeiro lugar, portanto, faremos uma breve contextualização sobre a história política recente no Brasil e o processo de polarização política. Na sequência, discutiremos como os grupos e nossa identidade social são formados, principalmente no que se refere à tendência de agrupar as pessoas em categorias simplificadas (Oakes, 2002). Essa discussão auxilia na compreensão da polarização, a partir da psicologia social. Como última seção da fundamentação teórica, analisaremos como a percepção étnico-racial se insere no bojo das discussões políticas.

É importante destacar que a presente dissertação não tem como objeto de estudo o racismo como variável dependente ou independente. Ou seja, não estamos utilizando medidas para mensurar ou analisar diretamente o fenômeno do racismo. Em vez disso, o objetivo deste estudo é investigar o impacto da vinculação política na percepção racial de indivíduos multirraciais em um contexto polarizado.

Ao nos concentrarmos nas questões raciais como demarcadores identitários na política, não pretendemos minimizar a gravidade e a importância do racismo em nossa sociedade. Pelo contrário, reconhecemos que o racismo é um problema sério e persistente que precisa ser abordado de maneira vigorosa. No entanto, o foco é pensar como questões raciais podem atuar como demarcadores identitários e influenciar a percepção de cor conforme a orientação política do indivíduo.

Fundamentação teórica

Contexto político brasileiro

No que se refere à política no Brasil, é importante entender a formação do sistema partidário atual. Desta maneira, precisamos retomar brevemente alguns acontecimentos de nosso período democrático. Com a instauração do regime militar, em 1964, no Brasil, o sistema pluripartidário foi substituído pelo bipartidarismo (1966 — 1979). Posteriormente, após 13 anos, com o fortalecimento do partido de oposição ao militarismo, surgiu a necessidade de um realinhamento partidário, desta forma, extinguem-se os partidos existentes e instaura-se um pluripartidarismo moderado, constituído de 5 partidos (PDS, PMDB, PP, PDT, PT) (Maciel et al., 2018). Contudo, a partir dessa “flexibilização”, nos anos seguintes a criação de novos partidos se tornou mais simples, passando a haver mais de quarenta partidos registrados, caracterizando uma grande fragmentação do sistema político brasileiro (Maciel et al., 2018).

Com a existência de um sistema multipartidário altamente fragmentado atualmente (31 partidos registrados no Tribunal Superior Eleitoral) (Brasil, 2023), é lógico pensar que exista uma dificuldade em diferenciar os partidos (Maciel et al., 2018), principalmente quando consideramos a baixa sofisticação política dos eleitores (Gimenes, 2017; Gimenes et al., 2016), isto é, eleitores, do ponto de vista político, são pouco informados e escolarizados, desta maneira suas escolhas políticas não representariam suas ‘reais’ preferências, dificultando a diferenciação entre quais partidos são de direita ou esquerda. Porém, apesar dessa baixa sofisticação dos eleitores em realizar escolhas políticas, ao se verificar o quão compatíveis eram os votos dos parlamentares na Câmara dos Deputados em termos ideológicos, identificou-se os partidos PSOL, PT, PCdoB, PDT, PPS e PV com um posicionamento mais à esquerda, e os partidos PSDB, PMDB, DEM, PP, PSD e SD com um

posicionamento mais à direita (Scheeffler, 2016). Em outro estudo também sobre o legislativo federal (Alarcon, 2018), os resultados apontaram que existe uma coerência entre espectro ideológico em relação ao papel do Estado, no qual os partidos PSOL, PT, PCdoB, PSB e PDT se encontram em um posicionamento mais à esquerda, e os partidos PSC, PRB, PTB, PR, PP e DEM se encontram em um posicionamento mais à direita.

Para além dos achados de Alarcon (2018) e Scheeffler (2016) que permitiram a diferenciação entre direita e esquerda, foi recentemente identificado o surgimento de uma nova direita, com um discurso cada vez mais anticomunista e abertamente simpáticos ao regime militar, rompendo com o fenômeno da “direita envergonhada” que havia sido forte na redemocratização (Maitino, 2018). Esse fortalecimento da nova direita culminou na eleição de Jair Bolsonaro em 2018, um candidato de extrema-direita, alterando o cenário político que basicamente era uma competição entre o PT e o PSDB (Fuks & Marques, 2020).

A eleição de Bolsonaro em 2018, porém, deve ser entendida na esteira de um processo de polarização e radicalização da direita que teve como marco as Jornadas de junho de 2013, em que manifestações inicialmente focadas no aumento das passagens de transporte foram ampliadas para discussão da recessão econômica, escândalos de corrupção, e até mesmo defesa do regime militar, ganhando feições de uma manifestação de direita. Essas manifestações contribuíram com um apoio popular para o *impeachment* de Dilma Rousseff e, em seguida, conforme mencionado, com a eleição de Jair Bolsonaro (Vrydagh & Jiménez-Martínez, 2020).

Desde então, a presidência de Bolsonaro acentuou ainda mais este processo de radicalização e polarização política. Com sua retórica autoritária, menosprezo às regras democráticas e tentativas reiteradas de golpe, Bolsonaro contribuiu com a polarização política e degradou ainda mais a qualidade da democracia brasileira (Calgaro & G1, 2023). Em janeiro de 2023, as tentativas de golpe de Estado de apoiadores do ex-presidente geraram a

união de diversos setores da sociedade brasileira para reafirmar a defesa das instituições democráticas (G1, 2023; Prazeres & BBC, 2022). Vale mencionar que a saída de Bolsonaro do poder não encerra o processo de polarização. Na verdade, as eleições presidenciais de 2022 em que ele saiu derrotado foi a mais acirrada desde a redemocratização, sendo um forte indicativo da polarização que permanece em 2023.

Identidade social e polarização política

Apesar de ser um termo que se popularizou e que tem ganhado diferentes conotações, vale lembrar que, no âmbito da psicologia social e psicologia política, entendemos polarização política quando “a identidade política se torna uma identidade social, e assume características de tribalismo político em que os membros de cada campo sentem lealdade e simpatia para com seu próprio grupo político e desconfiança e antipatia para com o outro” (Somer & McCoy, 2018, p.9). Entende-se que tal fenômeno parece ocorrer em diferentes países, como Egito, Tailândia, Venezuela, França, Alemanha, Estados Unidos e Brasil (Somer & McCoy, 2018), dentre outros. Pela definição de polarização política, portanto, é preciso entender a Teoria da Identidade Social para melhor compreensão do fenômeno.

Desenvolvida por Henri Tajfel e John Turner, influenciados pela Segunda Guerra Mundial e o Holocausto, a Teoria da Identidade Social (TIS) foi elaborada inicialmente para explicar como conflitos intergrupais ocorrem (Brown, 2020) e o papel da autoconcepção na pertença a um grupo, nos processos grupais e nas relações intergrupais (Hogg, 2006). A abordagem enfatiza e enquadra que fenômenos coletivos não podem ser adequadamente explicados em termos de processos individuais isolados ou interação interpessoal apenas (Hogg, 2006; Tajfel & Turner, 2004). Dessa maneira, a TIS apresenta-se como uma teoria geral do comportamento intergrupais (Brown, 2020).

Considerando o exposto, é necessário entender o que é uma identidade social e como é definido um grupo. A identidade social é definida como “aquela parte do autoconceito de um indivíduo que deriva do conhecimento de sua pertença a um grupo (ou grupos), juntamente com o valor e significado emocional ligado a essa pertença” (Tajfel, 1978, p.66). Sendo assim, conforme a TIS, o grupo deve ser entendido em termos da autoconcepção das pessoas como membros do grupo (Hogg, 2006), sendo definido como um conjunto de indivíduos que se percebem como membros de uma mesma categoria social (Tajfel & Turner, 2004), no qual constroem e avaliam a si mesmas em termos de atributos compartilhados que as distinguem coletivamente de outras pessoas (Hogg, 2006), compartilham algum envolvimento emocional nessa definição comum de si e alcançam algum grau de consenso social sobre a avaliação de seu grupo e de sua participação nele (Tajfel & Turner, 2004). Outro fator importante a ser destacado é que as identidades são resultados emergentes e específicos do contexto da interação entre o observador e a realidade social, isto é, o quanto a categorização se torna proeminente e relevante em um determinado contexto (Oakes, 2002).

Acrescenta-se que quando falamos de formação de grupo estamos falando de dois processos cognitivos básicos. O primeiro processo básico refere-se à categorização social, sendo a maneira pela qual os sujeitos classificam e ordenam o ambiente social, proporcionando ao indivíduo um sistema de orientação para autorreferência (Tajfel & Turner, 2004). Isto é, quando pensamos em outros indivíduos é possível distinguir o ambiente social entre o seu próprio grupo (endogrupo) e o grupo dos outros (exogrupo) (Torres & Camino, 2013). Dessa maneira, formam-se grupos sociais que proporcionam aos seus membros uma identificação de si (Tajfel & Turner, 2004). Sendo assim, essa identificação, que em grande medida é comparativa e relacional, define o indivíduo como semelhante ou diferente, como “melhor” ou “pior” do que membros de outros grupos (Tajfel & Turner, 2004), o que refere ao segundo processo básico: a comparação social. Além disso, é necessário destacar que

esses processos só ocorrem caso a categoria social (como raça, gênero) apresente algum significado para o indivíduo, isto é, como uma maneira de se autodefinir (Oakes, 2002).

Outro fator importante a ser lembrado são as consequências desses processos: (1) despersonalização, em que os indivíduos são “vistos” a partir da categoria percebida, perdendo suas características únicas (Hogg, 2016); (2) favoritismo, o qual se refere à tendência de exagerar e aumentar as qualidades favoráveis do grupo que os indivíduos se veem pertencentes (Greene, 2004).

Em suma, as pessoas representam cognitivamente uma categoria de pessoas ou grupo como uma forma de se auto-orientar numa sociedade, e essa representação tem imbuída diversos atributos gerais, sendo assim, criam uma distinção entre o próprio grupo e os outros. Assim, proporciona aos membros do grupo uma identidade compartilhada que estabelece e avalia quem eles são, no que devem acreditar e como devem se comportar (Hogg, 2016). Ou seja, a teoria da identidade social tenta explicar como a adesão autopercebida em um grupo social afeta as percepções e atitudes sociais (Greene, 2004).

Portanto, conforme mencionado, ao falarmos de polarização política estamos a falar sobre um processo de delimitação de fronteiras entre identidades políticas. Sendo assim, a teoria da identidade social tenta explicar como a pertença a um grupo social afeta as percepções e atitudes sociais. Já existe uma extensa literatura na qual a identidade social é aplicada a fenômenos políticos. Isto inclui trabalhos sobre o desenvolvimento de consenso (Haslam et al., 1997), comportamento coletivo e protesto social (Veenstra & Haslam, 2000), formação de impressões (Reynolds & Oakes, 2000) e opinião pública (Price, 1989).

Portanto, entende-se que a teoria da identidade social se apresenta como um *framework* para compreendermos melhor fenômenos políticos. Especificamente no Brasil, por exemplo, em um estudo que analisou processos identitários e política em um contexto de polarização, foi identificada a existência de uma maior polarização afetiva do que ideológica

em que essa parece ter consequências negativas para a democracia, como, por exemplo, a deslegitimação dos governos (Fuks & Marques, 2020).

Vale ressaltar que, no Brasil, existem diferentes marcadores identitários que têm sido utilizados para delimitar as “fronteiras” das identidades políticas, a exemplo adesão de valores religiosos e valorização da família, desconfiança das instituições e da objetividade científica, defesa de um nacionalismo e um conservadorismo, voltado a manutenção de valores tradicionais (Sousa et al., 2022; Vrydagh & Jiménez-Martínez, 2020), com hostilidade ao “petismo” e uma política pouco flexível, sem margens de negociação, aumentando e caracterizando uma divisão clara de posições de governo (Vrydagh & Jiménez-Martínez, 2020).

O papel étnico-racial na política

Apesar dos fatores indicados como delimitadores das fronteiras para polarização política terem uma contribuição importante, acreditamos que, no contexto brasileiro, a questão racial tem relevância. É preciso salientar que a classificação racial no país não é um consenso, dependendo muito de como definimos quem é negro no Brasil (G. M. Silva & Leão, 2012). Tradicionalmente, os negros têm sido entendidos como agrupamento de pardos e pretos, sendo que essa categorização pode ocorrer por meio de autoclassificação ou por heteroclassificação (Daflon et al., 2017; Petrucelli et al., 2013). Em adição, ao se examinar os dados do IBGE em 2019, verifica-se que a população se encontra mais miscigenada, se autodeclarando cada vez mais como “não branca”, em comparação com 2012. Devemos destacar que, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019), em 2019, 56,2% da população se autodeclarou negra, ou seja, mais da metade da população brasileira.

Apesar de ser maioria da população, encontramos uma sub-representação de negros tanto na Câmara dos Deputados quanto na de Vereadores, representando 24,4% dos deputados federais e 28,9% estaduais em 2018, e 42,1% dos vereadores em 2016 (Brasil, 2019). Além disso, quando citamos mulheres pretas e pardas, a proporção é ainda menor, constituindo em 2018, 2,5% das deputadas federais e 4,8% das deputadas estaduais e 5,0% das vereadoras em 2016 (Brasil, 2019).

Para além da desigualdade racial no âmbito político, é interessante notar como a percepção racial tem impactos para a discussão sobre política. Por exemplo, há evidências, de estudos nos Estados Unidos que tendemos a perceber os candidatos negros como mais liberais do que os candidatos brancos que adotam posições políticas semelhantes, isto é, a pertença a certos grupos raciais afeta como os cidadãos avaliam as ideologias dos candidatos (Jacobsmeier, 2015).

Buscando analisar questões raciais e ideologia política, Visalvanich (2017) explorou a relação entre raça e voto nos Estados Unidos, explorando como a raça de um candidato pode influenciar a escolha do voto pelos eleitores, especialmente no contexto da Câmara dos Deputados dos Estados Unidos. O estudo analisa como percepções ideológicas e de competência podem afetar o apoio dos eleitores brancos a candidatos negros e latinos, e como essa percepção pode influenciar o resultado das eleições. Além disso, resultados semelhantes foram encontrados por Fulton e Gershon (2018), sugerindo que os eleitores brancos percebem os candidatos de grupos minoritários (pretos e latinos) como mais liberais e ideologicamente mais distantes do que os candidatos não minoritários. Em suma, a literatura indica que a percepção errônea de candidatos políticos, baseada na raça, influencia nas decisões e escolhas de voto.

Para além das evidências de estudos empíricos internacionais, especificamente sobre o contexto brasileiro, é digno de nota que, em meados de 1970/1980, o ativismo do

movimento negro ocupou espaços de representação por meio de uma atuação ativa em organizações sindicais e partidos de centro-esquerda, no qual houve uma aproximação com algumas legendas, como PDT, PT e PMDB, e assim por meio das comissões de negros, contribuíram para a inclusão de demandas do movimento nas discussões políticas (Rodrigues & Pereira, 2022). Dentre as demandas apresentadas, destacam-se: A Fundação Cultural Palmares; O Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPiR); legislações de combate ao racismo (a Constituição de 1988 e as leis 7.716 e 9.459), dentre outros (Guimarães, 2001; Rodrigues & Pereira, 2022).

Desta maneira, para além dos achados de estudos em outros contextos culturais, especificamente no Brasil, as posições mais progressistas estão frequentemente vinculadas às comunidades negras que emergiram da luta por igualdade e justiça social. No entanto, é importante ressaltar que essas vinculações não são regras absolutas e que existem políticos brancos e negros com diferentes orientações políticas. Como também, é importante destacar que os partidos políticos e as instituições governamentais tendem a incorporar apenas uma parcela das lideranças negras, ou seja, aquelas que são afiliadas ou simpatizantes dos partidos no poder, levando à exclusão tanto das lideranças de oposição quanto daquelas que não possuem filiação partidária (Guimarães, 2001).

Apesar do apresentado, nem todas as pessoas pertencem a categorias sociais facilmente discerníveis. Além disso, como já mencionado, no Brasil existe uma crescente população autodeclarada parda, e os estudos sobre a percepção de indivíduos pardos ou multirraciais¹, dentro da psicologia e no contexto brasileiro, são escassos (Chen et al., 2018). Embora as pessoas coloquem os outros em categorias sociais, como raça, porque essas categorias ajudam a organizar e simplificar o ambiente social, a categorização de indivíduos multirraciais não é tão simples, e a decisão sobre essa categorização depende de quem

¹ O termo é utilizado de maneira próxima ao que entendemos como pardos no Brasil.

percebe e de vários fatores contextuais (Chen, 2019; Pauker et al., 2018). Estudos revelam que as características do avaliado, como status socioeconômico (Young et al., 2016), cabelo, ou uma legenda que indicava palavras relacionados a certo grupo racial (MacLin & Malpass, 2001; Tskhay & Rule, 2015), alteram como são categorizados, ou seja, são percebidos de acordo com o marcador. Sendo assim, a presente dissertação tem como objetivo analisar se um discurso político alinhado à esquerda ou à direita pode servir como um marcador que influencia a percepção de raça-cor.

Acreditamos que esse estudo na realidade brasileira tem grande relevância. A maioria dos estudos revisados advém de um contexto estadunidense em que a identidade racial é entendida como hipodescendente (Ho et al., 2011; Pauker et al., 2018), isto é, entende-se que a ancestralidade do indivíduo é central para determinar sua raça, em outras palavras, independentemente de suas outras ascendências ou de sua aparência (Chen et al., 2018). Dito isso, é necessário explorar outros contextos culturais, em que a hipodescendência não seja a norma para a percepção racial, como no Brasil.

Diante do exposto, considerando que a literatura internacional aponta uma tendência de perceber candidatos negros como liberais (Jacobsmeier, 2015), bem como tendo em vista que variáveis externas podem alterar a percepção racial de pessoas multirraciais (MacLin & Malpass, 2001) propusemos a presente pesquisa. Conforme mencionado, a presente pesquisa tem então como objetivo investigar o impacto da vinculação política de um indivíduo na percepção racial que lhe é atribuída. Desta maneira, levantaram-se como hipóteses que (H1) uma pessoa parda com um discurso alinhado à esquerda será percebido como mais preta; e que (H2) uma pessoa parda com um discurso alinhado à direita será percebido como mais branca.

Visão Geral dos Estudos

Para alcançar o objetivo proposto, foram conduzidos dois estudos, cada um precedido por um estudo preliminar. O objetivo geral dos estudos foi investigar o impacto da vinculação política dos candidatos na percepção dos participantes sobre a cor da pele dos candidatos. No Estudo 1, foi utilizado uma foto de rosto masculino como candidato e no Estudo 2, uma foto de rosto feminino foi utilizada. Em ambos os estudos, os participantes foram expostos a diferentes cenários nos quais a suposta candidata ou candidato fazia declarações alinhadas à direita, ou à esquerda sobre temas como saúde pública, educação e leis tributárias. Os participantes avaliaram a posição política dos candidatos, sua percepção racial, sua intenção de votos e também indicaram sua própria identidade política.

Estudo Preliminar ao Estudo 1

Para selecionar quais faces masculinas seriam consideradas pardas ou “racialmente ambíguas”, foi realizado um estudo preliminar.

Método

Participantes

Participaram do estudo 43 pessoas, com idades variando entre 18 e 59 anos ($M = 30,00$; $SD = 10,50$). Em relação ao gênero, 58,1% se identificaram com o gênero feminino e 39,5% com o masculino. Sobre a cor da pele, 60,5% dos participantes se identificaram como brancos, 30,2% como pardos e 9,3% como pretos. Sobre a escolaridade, predominaram pessoas com nível de escolaridade superior completo (58.10%). Quanto à renda familiar, os participantes declaram possuir renda entre 1 e 3 salários mínimos (18,6%), entre 3 e 5

salários mínimos (25,6%), entre 5 e 7 salários mínimos (25,6%) e acima de 7 salários mínimos (23,3%).

Instrumentos

Para selecionar quais faces seriam consideradas pardas ou “racialmente ambíguas”, os participantes examinaram 15 fotos masculinas. Após a apresentação das faces, se depararam com a seguinte descrição: “Gostaríamos de saber como você percebe as faces a seguir. Não há respostas certas ou erradas, nos interessa sua verdadeira opinião. Para responder, basta indicar como você percebe a pessoa da foto, oscilando de 1 (definitivamente ele é branco) até 10 (definitivamente ele é preto)”. Ressalta-se que as faces são 100% sintéticas e fornecidas pelo banco de dados acadêmico da Generated Photos (<https://generated.photos/datasets>).

Procedimentos

O questionário foi divulgado em redes sociais por meio de um formulário eletrônico. Antes de começar o teste, o participante foi convidado a aceitar os termos e condições da pesquisa. Nesta parte, foi informado que as informações coletadas seriam anônimas, bem como os riscos envolvidos e a participação seria voluntária, podendo a pessoa desistir a qualquer instante. Depois, os participantes examinaram as 15 fotos e indicaram a percepção racial. Por último, os participantes informaram seus dados sociodemográficos.

Resultados e Discussão

Para avaliar qual das 15 faces foi considerada uma “face ambígua” em termos raciais, foi realizado um teste t de uma amostra, tendo como referência o ponto médio da escala (5,5). A escala variava de 1 (definitivamente ele é branco) até 10 (definitivamente ele é preto). O resultado desta análise é apresentado na Tabela 1.

Tabela 1*Medidas de tendência central e teste t de uma amostra das faces masculinas*

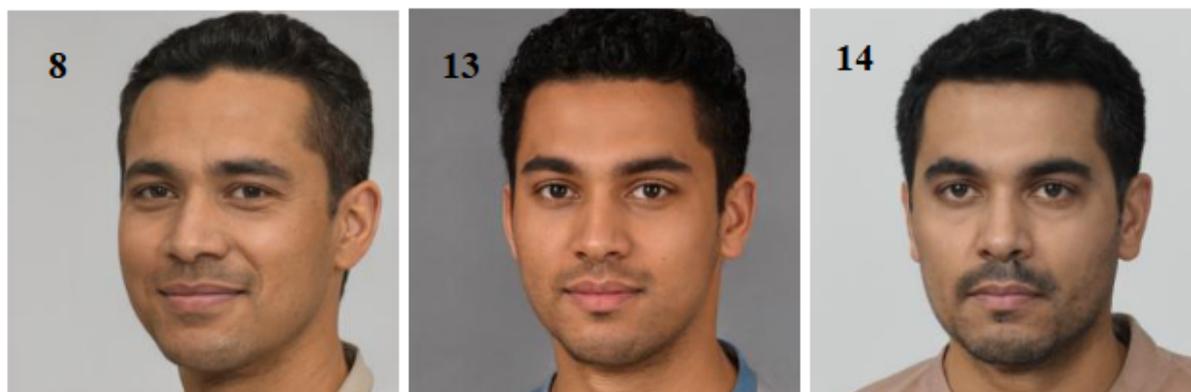
Variável	M (DP)	t	gl	Min	Max	Diferença Média	95% IC por Diferença média	
							Inferior	Superior
face1	1,884 (1,159)	-20,460***	42	1,0	5,0	-3,616	-3,973	-3,260
face2	1,605 (1,116)	-22,895***	42	1,0	5,0	-3,895	-4,239	-3,552
face3	9,698 (0,773)	35,628***	42	7,0	10,0	4,198	3,960	4,435
face4	1,860 (1,246)	-19,160***	42	1,0	5,0	-3,640	-4,023	-3,256
face5	8,419 (1,803)	10,618***	42	4,0	10,0	2,919	2,364	3,473
face6	1,884 (1,331)	-17,815***	42	1,0	6,0	-3,616	-4,026	-3,207
face7	8,186 (2,096)	8,404***	42	2,0	10,0	2,686	2,041	3,331
face8	5,488 (2,282)	-0,033	42	1,0	10,0	-0,012	-0,714	0,691
face9	9,140 (1,740)	13,716***	42	1,0	10,0	3,640	3,104	4,175
face10	1,512 (0,985)	-26,553***	42	1,0	5,0	-3,988	-4,291	-3,685
face11	6,581 (2,270)	3,124***	42	1,0	10,0	1,081	0,383	1,780
face12	6,767 (1,888)	4,403***	42	3,0	10,0	1,267	0,686	1,848
face13	6,070 (2,131)	1,753	42	1,0	10,0	0,570	-0,086	1,226
face14	5,233 (2,213)	-0,792	42	1,0	10,0	-0,267	-0,948	0,414
face 15	9,442 (1,221)	21,172***	42	5,0	10,0	3,942	3,566	4,318

*Nota. Para o teste t de Student, a hipótese alternativa específica que a média é diferente de 5,5. * $p < .05$, ** $p < .01$, *** $p < .001$*

Conforme a Tabela 1, as faces 8, 13 e 14 não divergiram do ponto médio, como também a variação de respostas foi de 1 até 10, ou seja, essas faces foram consideradas ambíguas, como apresentado na Figura 1. No entanto, a face 8 foi considerada a mais ambígua pois sua média está mais próxima do ponto médio da escala, sendo assim a escolhida para realizar o estudo.

Figura 1

Faces masculinas selecionadas como mais ambíguas



Estudo 1

No contexto político brasileiro, a polarização tem sido um elemento central que permeia os debates e as disputas partidárias. Essa polarização se manifesta em diferentes questões, como ideologia, valores e posicionamentos políticos. A polarização política muitas vezes está associada a discursos extremos e à divisão da sociedade em grupos opostos e antagônicos. Como também no contexto político brasileiro, a questão étnico-racial desempenha um papel de relevância, com uma evidente sub-representação de pessoas negras na política. Estudos realizados nos Estados Unidos apontaram que a percepção racial dos

eleitores influencia como eles avaliam as ideologias dos candidatos, resultando em uma tendência de perceber candidatos negros como mais liberais do que seus colegas brancos com posições políticas semelhantes (Jacobsmeier, 2015). Além disso, a literatura também destaca os vínculos existentes entre as posições políticas progressistas e as comunidades negras (Rodrigues & Pereira, 2022).

Diante desse cenário, é fundamental considerar a complexidade da percepção racial, especialmente no caso de pessoas pardas e multirraciais. Estudos sobre a percepção de indivíduos multirraciais são escassos no contexto brasileiro, porém pesquisas realizadas em outros países revelam que fatores contextuais e características do avaliado podem alterar como são categorizados e percebidos de acordo com seu marcador racial (MacLin & Malpass, 2001; Tskhay & Rule, 2015). Portanto, com base nesses achados e considerando a relevância da temática no contexto brasileiro, propomos as seguintes hipóteses: (H1) uma pessoa parda com um discurso alinhado à esquerda será percebida como mais preta; e (H2) uma pessoa parda com um discurso alinhado à direita será percebida como mais branca. A presente dissertação possui desenho experimental em que foi manipulada a vinculação política de um suposto candidato (direita X esquerda) e testado o impacto disso na percepção dos participantes sobre a cor da pele do candidato.

Método

Participantes

Responderam ao questionário 576 pessoas, sendo que uma pessoa foi removida por apresentar menos de 18 anos. Para verificar a adequação da amostra para as análises do estudo, foi realizada uma análise de poder a posteriori, a partir do software G*Power versão 3.1.9.7. A análise de poder, com um tamanho de efeito pequeno ($d = -0,47$), com um nível de

significância de 5%, indicou um poder observado de 99%. As idades variaram de 18 a 74 anos ($M = 39,01$; $DP = 12,58$), sendo a maioria de mulheres (69,39%), brancas (59,65%), com nível de escolaridade de pós-graduação (52,34%), majoritariamente de São Paulo (29,39%), seguido do Rio Grande do Sul (14,26%), Rio de Janeiro (11,13%) e Minas Gerais (10,09%). A renda familiar predominante foi “entre 1 e 3 salários mínimos” (31,30%) e “entre 3 e 5 salários mínimos” (29,56%). A maioria dos participantes se autodeclararam politicamente como “Totalmente à esquerda” 264 participantes (45,9%) e “Levemente à esquerda” com 213 participantes (37,0%). Uma parcela de 55 participantes (9,57%) se identificou como “Centro”, enquanto 30 participantes (5,22%) se posicionaram como “Levemente à direita” e “Totalmente à direita” com 13 participantes (2,26%).

Instrumentos

Cenários: Para expor a vinculação política do suposto candidato, foram criados dois cenários, em que um suposto político faz uma declaração alinhada à esquerda e outro à direita, no qual o conteúdo abordava os temas: saúde pública, educação e leis tributárias, como indicado no Anexo A.

Checagem de manipulação experimental: Como item de checagem de manipulação, os participantes, após a leitura do cenário, deveriam indicar a posição política do candidato oscilando de 1 (totalmente à esquerda) a 5 (totalmente à direita).

Percepção racial: Como medida de percepção racial, o participante deveria classificar o político como 1 (definitivamente ele é branco) a 10 (definitivamente ele é preto).

Intenção de votos: Para avaliar a intenção de votos no candidato, o participante deveria indicar de 1 (definitivamente não votaria) até 5 (definitivamente votaria).

Identidade política: Para avaliar a própria identidade política, o participante respondeu a uma escala de 1 (totalmente à esquerda) a 5 (totalmente à direita).

Dados sociodemográficos: Foram coletados os seguintes dados sociodemográficos: idade, gênero, identidade étnico-racial, estado de residência, escolaridade e renda familiar.

Procedimentos

A presente pesquisa foi submetida e aprovada pelo comitê de ética de pesquisa (CAAE: 64092022.6.0000.0023). O questionário foi divulgado em redes sociais (WhatsApp e Instagram) e impulsionado no Facebook por meio de um formulário eletrônico. Antes de começar o teste, o participante foi convidado a aceitar os termos e condições da pesquisa. Nesta parte, era informado que os dados coletados eram anônimos, bem como indicados os riscos envolvidos e o caráter voluntário da participação, podendo a pessoa desistir a qualquer instante. Depois, os participantes informaram seus dados sociodemográficos. Em seguida, os participantes foram alocados, de forma automática, a uma das condições experimentais (posição do candidato: direita X esquerda). Os participantes então examinaram a foto de uma pessoa parda junto de uma declaração política e responderam uma sequência de itens no qual deveriam indicar a posição política do candidato, medida de percepção racial, de intenção de votos no candidato, indicar a própria identidade política, e indicar qual partido mais se identifica a partir de uma lista, com as siglas e nomes dos partidos políticos.

Resultados

Primeiramente, foi realizado um teste t de Student, buscando verificar se a manipulação experimental foi adequada. Os resultados podem ser observados na Tabela 2.

Tabela 2

Medidas de tendência central e teste t da percepção do posicionamento político do candidato

Variável			<i>t</i>	D de Cohen
	Esquerda	Direita		
<hr/>				

	<i>N</i>	<i>M (DP)</i>	<i>N</i>	<i>M (DP)</i>		
Percepção do posicionamento político	293	1,98 (0,82)	282	4,30 (0,90)	-32,343***	-2,698

Nota. * $p < 0,05$; ** $p < 0,01$; *** $p < 0,001$.

Verificou-se que existe uma diferença entre as condições (Esquerda x Direita), em que os participantes na condição de esquerda perceberam o político tendo um posicionamento político mais à esquerda e na condição de direita perceberam o político tendo um posicionamento político mais à direita. Ou seja, podemos assumir a manipulação como adequada.

Para testar as hipóteses da presente pesquisa, foi realizado um teste t de Student, a fim de avaliar a diferença na percepção racial do político em razão da condição experimental Esquerda x Direita. Os resultados podem ser visualizados conforme a Tabela 3.

Tabela 3

Medidas de tendência central e teste t da percepção racial do candidato

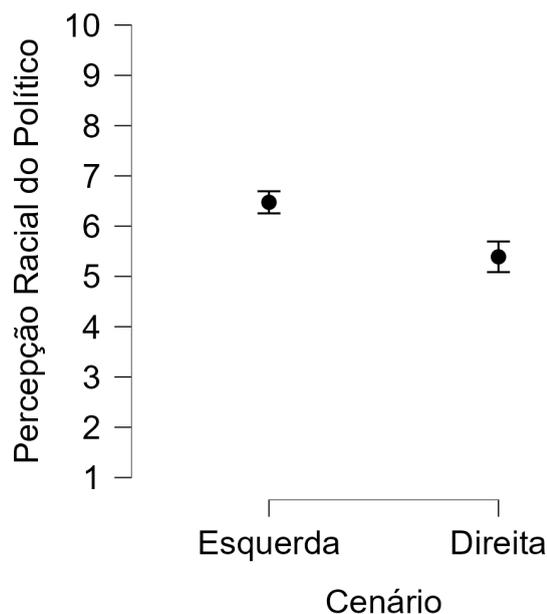
Variável	Esquerda		Direita		<i>t</i>	D de Cohen
	<i>N</i>	<i>M(DP)</i>	<i>N</i>	<i>M(DP)</i>		
Percepção de cor/raça	293	6,47 (1,92)	282	5,39 (2,61)	5,692***	0,475

Nota. * $p < 0,05$; ** $p < 0,01$; *** $p < 0,001$.

Na Tabela 3 verifica-se que existe uma diferença na percepção racial do político entre esquerda e direita, isto é, o político na condição de esquerda é percebido como mais preto em comparação com a condição de direita. De forma complementar, também verificou-se o intervalo de confiança, conforme a Figura 2, indicando a diferença entre as condições.

Figura 2

Diferença de percepção racial entre cenários



Considerando que o suposto candidato é percebido de forma distinta em termos de cor, em caráter exploratório, foi feito o teste de relação entre percepção racial e intenção de voto ao candidato. Os resultados estão indicados na Tabela 4.

Tabela 4

Medidas de tendência central e correlações de Pearson entre percepção racial e intenção de voto ao candidato (N de Esquerda = 293; N de Direita = 282)

Variável	Intenção de voto					
	Esquerda			Direita		
	<i>M(DP)</i>	<i>r</i>	<i>p</i>	<i>M(DP)</i>	<i>r</i>	<i>p</i>
Identidade Racial do Político	6,47(1,92)	0,12*	0,038	5,39(2,61)	0,03	0,568

Nota. Valores em negrito indicam correlações estatisticamente significativas. * $p < 0,05$; ** $p < 0,01$; *** $p < 0,001$.

Na Tabela 4 verifica-se uma correlação entre identidade racial do político e intenção de voto ($p = 0,038$) na condição de esquerda, em que se identificou uma correlação de sentido positivo e magnitude fraca nesta condição. Em adição, para examinar o quanto a identidade racial prediz a intenção de voto em um cenário de esquerda, realizou-se uma

regressão linear simples, no qual a identidade racial representa apenas 1% do nível explicativo da intenção de votos ($\beta = 0,12$; $p = 0,038$, $R^2=0,01$). Verificou-se, ainda, por meio da correlação residual fornecida pelo teste de Durbin-Watson, não haver correlação entre os resíduos, pois o valor identificado pelo teste foi de 2,002, situando-se entre 1,5 e 2, o que confere confiabilidade ao modelo (Field, 2009).

Por fim, buscando verificar se havia diferença na percepção racial em razão da identidade étnico-racial dos participantes, realizou-se um teste t de Student, sendo a variável codificada como Brancos x Não-Brancos. A variável não apresentou significância estatística, tanto de uma forma geral ($t(573) = -0,265$, $p = 0,791$), quanto no cenário de esquerda ($t(291) = -1,589$, $p = 0,131$) ou no cenário de direita ($t(280) = 0,782$, $p = 0,435$). Ou seja, a cor do participante não impactou na percepção racial dos candidatos.

Discussão

A presente dissertação teve como objetivo investigar o impacto da vinculação política de um indivíduo na percepção racial que lhe é atribuída. Os resultados indicaram que quando solicitado para classificar a raça-cor, num *continuum* entre preto e branco o mesmo político, mas com dois discursos políticos diferentes (esquerda x direita), a sua raça-cor percebida é alterada, isto é, um político pardo, com um discurso alinhado à esquerda foi percebido como mais preto em comparação com o mesmo político com um discurso alinhado à direita. Esse resultado é consistente com a literatura em que, na presença de estímulos contextuais, rostos idênticos podem ser percebidos como rostos de raças diferentes (MacLin & Malpass, 2001). Além disso, foram realizadas análises exploratórias buscando verificar a relação com as demais variáveis, em que não houve diferença na percepção racial do político em razão da identidade étnico-racial dos participantes (Brancos x Não Brancos). Em conjunto, os

resultados deste estudo indicam que a mesma pessoa pode ser categorizada de forma diferente em razão de como ela é percebida num espectro político.

Chama atenção ainda a relação entre percepção de raça-cor e intenção de votos para o candidato de esquerda. A percepção racial de um político pardo, quando alinhado à esquerda, foi relacionada à intenção de voto dos participantes identificados como sendo de esquerda. Isso indica que a raça-cor, como um marcador identitário, pode desempenhar um papel relevante na formação de preferências políticas e escolhas eleitorais. Essa relação pode ser atribuída ao histórico de engajamento do movimento negro nos movimentos de esquerda, onde suas demandas têm sido incorporadas nas discussões políticas, resultando em conquistas legislativas e políticas de combate ao racismo e promoção da igualdade racial (Rodrigues & Pereira, 2022). Assim, a percepção racial do candidato de esquerda pode estar associada simbolicamente às pautas e demandas do movimento negro, levando os eleitores de esquerda a perceber um político pardo alinhado à esquerda como mais preto.

Apesar dos achados, o Estudo 1 possui limitações. Foram utilizadas apenas imagens de rostos masculinos, o que levanta a questão sobre a persistência desse efeito quando analisadas também faces femininas. Para abordar essa questão, foi conduzido o Estudo 2, que seguirá os mesmos procedimentos metodológicos do Estudo 1, incluindo a análise preliminar das faces. No entanto, diferentemente do Estudo 1, serão utilizadas imagens de rostos femininos. Esse passo adicional permitirá investigar se o efeito encontrado anteriormente é generalizável para ambos os gêneros ou se há variações significativas quando se trata da percepção de mulheres como políticas, principalmente considerando que existe uma falta de representatividade de mulheres pretas e pardas na política (Oliveira, 2021; Silva, 2022).

Estudo Preliminar do Estudo 2

Método

Participantes

Participaram do estudo 66 pessoas, com idades variando entre 18 e 75 anos ($M = 31,44$; $DP = 12,37$). Em relação ao gênero, 71,21% se identificaram com o gênero feminino e 28,79% com o masculino. Sobre a cor da pele, 54,55% dos participantes se identificaram como brancas, 27,27% como pardas e 15,15% como pretas. Sobre a escolaridade, predominaram pessoas com nível de escolaridade superior completo (42,42%). Quanto à renda familiar, os participantes declaram possuir renda entre 1 e 3 salários mínimos (15,15%), entre 3 e 5 salários mínimos (21,21%), entre 5 e 7 salários mínimos (24,24%) e acima de 7 salários mínimos (34,85%).

Instrumentos

Para selecionar quais faces seriam consideradas pardas ou “racialmente ambíguas”, os participantes examinaram 15 fotos femininas. Após a apresentação das faces, se depararam com a seguinte descrição: “Gostaríamos de saber como você percebe as faces a seguir. Não há respostas certas ou erradas, nos interessa sua verdadeira opinião. Para responder, basta indicar como você percebe a pessoa da foto, oscilando de 1 (definitivamente ela é branca) até 10 (definitivamente ela é preta)”. Ressalta-se que as faces, assim como no Estudo preliminar 1 são 100% sintéticas e fornecidas pelo banco de dados acadêmico da Generated Photos (<https://generated.photos/datasets>).

Procedimentos

O questionário foi divulgado em redes sociais por meio de um formulário eletrônico. Antes de começar o teste, o participante foi convidado a aceitar os termos e condições da pesquisa. Nesta parte, foi informado que as informações coletadas seriam anônimas, bem como os riscos envolvidos e a participação seria voluntária, podendo a pessoa desistir a qualquer instante. Depois, os participantes examinaram as 15 fotos e indicaram a percepção racial. Por último, os participantes informaram seus dados sociodemográficos.

Resultados e Discussão

Para avaliar qual das 15 faces foi considerada uma “face ambígua” em termos raciais, foi realizado um teste t de uma amostra, tendo como referência o ponto médio da escala (5,5). A escala variava de 1 (definitivamente ela é branca) até 10 (definitivamente ela é preta). O resultado desta análise é apresentado na Tabela 5.

Tabela 5

Medidas de tendência central e teste t de uma amostra das faces femininas

Variável	M (DP)	t	gl	Min	Max	Diferença Média	95% IC por Diferença média	
							Inferior	Superior
face1	1,758 (1,510)	-20,141***	65	1,0	10,0	-3,742	1,386	2,129
face2	1,545 (1,545)	-32,285***	65	1,0	5,0	-3,955	1,301	1,790
face3	2,561 (1,580)	-15,114***	65	1,0	7,0	-2,939	2,172	2,949
face4	1,167 (0,514)	-68,503***	65	1,0	4,0	-4,333	1,040	1,293
face5	1,818 (1,391)	-21,499***	65	1,0	8,0	-3,682	1,476	2,160

face6	6,833 (2,102)	5,153***	65	2,0	10,0	1,333	6,317	7,350
face7	7,273 (1,811)	7,954***	65	3,0	10,0	1,773	6,828	7,718
face8	9,712 (0,548)	62,427***	65	8,0	10,0	4,212	9,577	9,847
face9	9,712 (0,651)	52,580***	65	7,0	10,0	4,212	9,552	9,872
face10	8,758 (1,348)	19,632***	65	5,0	10,0	3,258	8,426	9,089
face11	8,061 (1,626)	12,797***	65	4,0	10,0	2,561	7,661	8,460
face12	3,848 (2,055)	-6,529***	65	1,0	10,0	-1,652	3,343	4,354
face13	5,697 (2,007)	0,797	65	1,0	10,0	0,197	5,203	6,190
face14	6,015 (1,988)	2,105***	65	1,0	10,0	0,515	5,526	6,504
face 15	8,424 (1,627)	14,599***	65	4,0	10,0	2,924	8,024	8,824

*Nota. Para o teste t de Student, a hipótese alternativa específica que a média é diferente de 5,5. * $p < .05$, ** $p < .01$, *** $p < .001$*

Conforme a Tabela 5, apenas a face 13 ($p = 0,43$) não divergiu do ponto médio, como também a variação de respostas foi de 1 até 10, ou seja, essa face foi considerada ambígua, pois sua média está mais próxima do ponto médio da escala, sendo assim a escolhida para realizar o estudo, como apresentado na Figura 3.

Figura 3

Face feminina selecionada como mais ambíguas



Estudo 2

O presente estudo possui desenho experimental em que foi manipulada a vinculação política de uma suposta candidata (direita X esquerda) e testado o impacto disso na percepção dos participantes sobre a cor da pele da candidata.

Método

Participantes

Para verificar a adequação da amostra para as análises do estudo, foi realizada uma análise de poder, a partir do software G*Power versão 3.1.9.7, baseada no estudo anterior. A análise de poder, com um tamanho de efeito pequeno semelhante ao encontrado no Estudo 1 ($d = -0,47$), com um nível de significância de 5% e com poder observado de 80%, indicou uma amostra de 146 pessoas. Participaram do estudo 240 pessoas, uma pessoa foi removida por apresentar menos de 18 anos, as idades variaram entre 18 e 89 anos ($M = 52,16$; $DP = 18,27$). A análise de poder a posteriori, com um tamanho de efeito pequeno ($d = -0,47$), com um nível de significância de 5%, indicou um poder observado de 94%. Em relação ao gênero, 63,18% se identificaram com o gênero feminino, 35,56% com o masculino e 1,25% como outros. Sobre a cor da pele, 76,60% dos participantes se identificaram como brancas, 16,73%

como pardas e 6,27% como pretas. Em relação ao estado de residência eram de São Paulo (20,9%), Distrito Federal (16,3%), Rio Grande do Sul (13,0%) e Rio de Janeiro (11,3%). Sobre a escolaridade, predominaram pessoas com nível de escolaridade superior completo (31,80%) e pós-graduação (31,38%). Quanto à renda familiar, os participantes declaram possuir renda entre 1 e 3 salários mínimos (29,71%), entre 3 e 5 salários mínimos (23,43%), entre 5 e 7 salários mínimos (19,66%) e acima de 7 salários mínimos (22,60%). Os participantes se autodeclararam politicamente como “Totalmente à esquerda” 48 participantes (20,1%) e “Levemente à esquerda” com 47 participantes (19,7%), 46 participantes (19,2%) se identificou como “Centro”, enquanto 33 participantes (13,8%) se posicionaram como “Levemente à direita” e “Totalmente à direita” com 65 participantes (27,2%).

Instrumentos

Cenários: Para expor a vinculação política da suposta candidata, foram utilizados os dois cenários do Estudo 1, em que uma suposta candidata faz uma declaração alinhado à esquerda e outra à direita, no qual o conteúdo abordava os temas: saúde pública, educação e leis tributárias, como indicado no Anexo B.

Checagem de manipulação experimental: Como item de checagem de manipulação, os participantes, após a leitura do cenário, deveriam indicar a posição política da candidata oscilando de 1 (totalmente à esquerda) a 5 (totalmente à direita).

Percepção racial: Como medida de percepção racial, o participante deveria classificar a candidata como 1 (definitivamente ela é branca) a 10 (definitivamente ela é preta).

Intenção de votos: Para avaliar a intenção de votos na candidata, o participante deveria indicar de 1 (definitivamente não votaria) até 5 (definitivamente votaria).

Identidade política: Para avaliar a própria identidade política, o participante respondeu a uma escala de 1 (totalmente à esquerda) a 5 (totalmente à direita).

Dados sociodemográficos: Foram coletados os seguintes dados sociodemográficos: idade, gênero, identidade étnico-racial, estado de residência, escolaridade e renda familiar.

Procedimentos

Foram utilizados os mesmos procedimentos do Estudo 1.

Resultados

Primeiramente, assim como no Estudo 1, foi realizado um teste t de Student, buscando verificar se a manipulação experimental foi adequada. Os resultados podem ser observados na Tabela 6.

Tabela 6

Medidas de tendência central e teste t da percepção do posicionamento político da candidata

Variável	Esquerda		Direita		<i>t</i>	D de Cohen
	<i>N</i>	<i>M (DP)</i>	<i>N</i>	<i>M (DP)</i>		
Percepção do posicionamento político	134	2,03 (0,96)	105	3,76 (1,28)	-11.913***	-1,553

Nota. * $p < 0,05$; ** $p < 0,01$; *** $p < 0,001$.

Igualmente ao Estudo 1, verificou-se que existe uma diferença entre as condições (Esquerda x Direita), em que os participantes na condição de esquerda perceberam o político tendo um posicionamento político mais à esquerda e na condição de direita perceberam o político tendo um posicionamento político mais à direita. Ou seja, podemos assumir a manipulação como adequada. Para testar a hipótese principal foi realizado um teste t de Student, a fim de avaliar a diferença na percepção racial da suposta candidata em razão da

condição experimental Esquerda x Direita. Os resultados podem ser visualizados conforme a Tabela 7.

Tabela 7

Medidas de tendência central e teste t da percepção racial da candidata

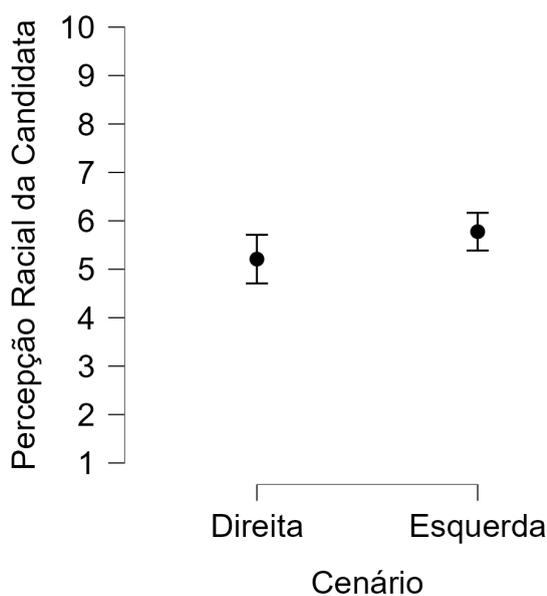
Variável	Esquerda		Direita		<i>t</i>	D de Cohen
	<i>N</i>	<i>M (DP)</i>	<i>N</i>	<i>M (DP)</i>		
Percepção de cor/raça	134	5,77 (2,30)	105	5,21 (2,62)	-1,777	-0,232

Nota. $p = 0,077$.

Contrário a hipótese e ao estudo 1, não foi verificado que existe uma diferença estatística significativa na percepção racial do político entre esquerda e direita ($p = 0,07$), isto é, a candidata política na condição de esquerda não foi percebida como mais preta em comparação com a condição de direita, o que pode ser percebido pela sobreposição dos intervalos de confiança (Figura 4).

Figura 4

Diferença de percepção racial entre cenários face feminina



De caráter exploratório, foi realizado o teste de relação entre percepção racial e intenção de voto a candidata. Os resultados estão indicados na Tabela 8.

Tabela 8

Medidas de tendência central e correlações de Pearson entre percepção racial e intenção de voto a candidata (N de Esquerda = 134; N de Direita = 105)

Variável	Intenção de voto					
	Esquerda			Direita		
	<i>M(DP)</i>	<i>r</i>	<i>p</i>	<i>M(DP)</i>	<i>r</i>	<i>p</i>
Identidade Racial do Político	5,77(2,30)	0,18*	0,034	5,21(2,62)	0,04	0,690

Nota. Valores em negrito indicam correlações estatisticamente significativas. * $p < 0,05$; ** $p < 0,01$; *** $p < 0,001$.

Na Tabela 8, semelhante ao Estudo 1, verifica-se uma correlação entre identidade racial do político e intenção de voto ($p = 0,03$) na condição de esquerda, em que se identificou uma correlação de sentido positivo e magnitude fraca nesta condição. Em adição, para examinar o quanto a identidade racial prediz a intenção de voto em um cenário de esquerda, realizou-se uma regressão linear simples, no qual a identidade racial representa 2% do nível explicativo da intenção de votos ($\beta = 0,018$; $p < 0,034$, $R^2 = 0,02$). O valor do teste de Durbin-Watson (1,91) indica uma correlação entre resíduos dentro do aceitável. (Field, 2009).

Buscando verificar se havia diferença na percepção racial em razão da identidade étnico-racial dos participantes, realizou-se um teste t de Student, sendo a variável codificada como Brancos x Não-Brancos. Diferente do Estudo 1, a variável apresentou significância estatística tanto de uma forma geral ($t(273) = -2,868$, $p = 0,004$, $d = -0,438$), quanto no cenário de esquerda ($t(132) = -3,397$, $p < 0,001$, $d = -0,765$) mas não no cenário de direita ($t(103) = -1,322$, $p = 0,189$, $d = -0,280$). Esses resultados indicam que pessoas Não-Brancas,

no cenário de esquerda, perceberam a candidata como mais preta ($M = 7,17$; $DP = 1,81$) do que pessoas Brancas ($M = 5,47$; $DP = 2,29$).

Discussão

O Estudo 2 buscou investigar se os achados do Estudo 1 se replicariam na percepção de candidatas mulheres. Os resultados indicaram que quando solicitado para classificar a raça-cor da candidata com dois discursos políticos diferentes (esquerda x direita), a sua raça-cor percebida não foi alterada, diferente do Estudo 1. Ou seja, os resultados sugerem que as categorizações raciais de indivíduos pardos podem variar não apenas em função do discurso, mas também em função do gênero.

Essa descoberta está de acordo com estudos anteriores que mostram que homens pardos são mais prontamente categorizados como negros do que mulheres pardas (Carpinella et al., 2015). Essa discrepância de categorização racial com base no gênero levanta suspeitas sobre os fatores subjacentes que podem influenciar a percepção racial e como ela pode interagir com outras variáveis, como o discurso político. Essas considerações destacam a complexidade e a influência de múltiplos fatores na percepção e categorização racial.

Conforme apontado por Oakes (2002), a saliência da identidade de grupo não é apenas uma questão de proeminência perceptual de pistas relevantes, mas também está relacionada ao significado psicológico atual da pertença a um grupo. Esse aspecto é especialmente relevante ao considerar a categorização racial e suas interações com fatores como gênero e discurso político. O estudo realizado sugere que a percepção racial de uma candidata política não é influenciada pelo discurso político, mas pode ser afetada pela interação entre o gênero do indivíduo e a categorização racial.

Além disso, devemos considerar a falta de representatividade das mulheres negras na política e a influência da polarização política. A escassez de figuras políticas femininas

negras como modelos de referência pode dificultar a categorização e percepção dessas mulheres, tornando-as menos suscetíveis às influências do discurso político. Ou seja, a falta de familiaridade e a ausência de representação podem limitar a influência do discurso político na percepção da raça-cor de uma mulher parda.

Além disso, a polarização política também pode desempenhar um papel importante (Gillion et al., 2020; Ondercin & Lizotte, 2021). Se a polarização política estiver mais centrada em questões de gênero do que em questões raciais, isso pode levar a uma menor diferenciação na percepção da raça-cor de uma mulher negra com base no discurso político. Nesse caso, as atitudes e crenças políticas relacionadas ao gênero podem ser mais salientes do que as relacionadas à raça na percepção da candidata política.

Apesar de não ter sido identificado o efeito principal, verificou-se, assim como no Estudo 1, uma relação entre a intenção de votos na candidata apresentada como de esquerda e a percepção de raça/cor. Essa relação também pode ser atribuída ao histórico de engajamento do movimento negro nos movimentos de esquerda, onde suas demandas têm sido incorporadas nas discussões políticas (Rodrigues & Pereira, 2022). Assim como nos candidatos masculinos, as políticas e discursos de uma candidata parda alinhada à esquerda podem refletir as demandas e aspirações do movimento negro, criando uma conexão simbólica entre a percepção racial da candidata e as pautas desse movimento.

De forma geral, os achados do Estudo 2 permitem uma reflexão que a interseção entre raça, gênero, representatividade política e polarização política desempenha um papel complexo na percepção racial e nas categorizações de grupos. Estudos futuros podem aprofundar a compreensão dos mecanismos subjacentes e das interações entre esses fatores, visando uma melhor compreensão das complexidades envolvidas na percepção racial.

Discussão Geral

A presente pesquisa, conforme mencionado, teve como objetivo investigar o impacto da vinculação política de um indivíduo na percepção racial que lhe é atribuída, no qual se levantaram como hipóteses que uma pessoa parda com um discurso alinhado à esquerda seria percebida como mais preta e que uma pessoa parda com um discurso alinhado à direita será percebida como mais branca.

Considerando os resultados encontrados nos Estudos 1 e 2, fica evidente que a percepção de raça-cor na política é um fenômeno complexo e influenciado por múltiplos fatores. A polarização política pode desempenhar um papel na categorização racial, como observado no Estudo 1, em que o discurso político influenciou a percepção de raça-cor de candidatos políticos masculinos.

No entanto, a falta de diferenças na percepção racial com base no discurso político no Estudo 2, ao utilizar rostos femininos, destaca a importância da representatividade e das interseccionalidades de gênero e raça na percepção política. A falta de representatividade de mulheres negras na política pode influenciar a percepção e categorização racial dessas candidatas.

Dito isso, é necessário considerar algumas limitações. Primeiro, os rostos racialmente ambíguos foram criados digitalmente. Este método de criar rostos racialmente ambíguos foi escolhido para o maior nível de controle interno, e os rostos foram testados em estudo piloto para garantir parecerem ambíguos. No entanto, estudos futuros devem considerar a utilização de fotografias de indivíduos que são realmente multirraciais, bem como a utilização de políticos multirraciais.

Por fim, contou-se majoritariamente com uma amostra branca e feminina, então é preciso ter cuidado ao generalizar essas descobertas. Estudos futuros devem investigar como

os membros de outros grupos raciais percebem essas fronteiras raciais, como também considerar outros grupos étnico-raciais, como indígenas.

Apesar das limitações indicadas e das possibilidades de estudos futuros apontadas, acreditamos que a presente pesquisa tem contribuições, ao apresentar o papel da posição política na percepção racial em um contexto de diversidade racial. Ressalta-se que essas evidências ajudam a reduzir a escassez de pesquisas em psicologia social examinando as percepções dos brasileiros sobre a raça (Chen et al., 2018). Além da contribuição teórica, ressaltamos algumas implicações práticas. Como já mencionado, a população se encontra cada vez mais miscigenada, se autodeclarando cada vez mais como “não branca”, e que mesmo sub representada, existe uma crescente de pessoas negras envolvidas na política (IBGE, 2019). Sendo assim, tendo em vista como as diversas instituições adotam políticas de ações afirmativas, como as cotas, ou fundo eleitoral destinado a mulheres e negros, é de interesse pensar quem são esses negros na política, principalmente, quando existe uma discrepância entre a autodeclaração e a heterodeclaração racial nas eleições, inflando a quantidade de pessoas negras nesses espaços.

É necessário considerar a importância de estudos futuros que explorem mais profundamente essas interações complexas e seus efeitos na percepção racial na política. Esses estudos podem contribuir para uma visão mais abrangente e aprimorada do fenômeno da percepção racial e das categorizações de grupos na esfera política. A compreensão desses mecanismos é crucial para promover uma representação política mais justa e igualitária, considerando as diversas identidades e experiências dos candidatos.

Referências

- Alarcon, A. de O. (2018). *Estatismo entre elites legislativas federais* [Dissertação, Universidade Estadual de Maringá].
<http://repositorio.uem.br:8080/jspui/handle/1/5844>
- Brasil. (2019). *Tribunal Superior Eleitoral*. Portal de Dados Abertos do TSE.
<https://dadosabertos.tse.jus.br/group/candidatos>
- Brasil. (2023). *Partidos políticos registrados no TSE*. Tribunal Superior Eleitoral.
<https://www.tse.jus.br/partidos/partidos-registrados-no-tse>
- Brown, R. (2020). The social identity approach: Appraising the Tajfellian legacy. *British Journal of Social Psychology*, 59(1), 5–25. <https://doi.org/10.1111/bjso.12349>
- Calgaro, F., & G1. (2023, janeiro 11). Bolsonaro inflamou atos golpistas com uso de violência em diversas ocasiões durante o mandato; lembre. *G1*.
<https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/01/11/invasao-do-stf-congresso-e-planalto-terroristas-miraram-locais-que-foram-alvo-de-ataques-de-bolsonaro-durante-o-mandat-o.ghml>
- Capelos, T., & Basu, I. (2022). Who Is in the Middle: Social Class, Core Values, and Identities in India. *Political Psychology*, 43(1), 89–109.
<https://doi.org/10.1111/pops.12742>
- Carpinella, C., Chen, J., Hamilton, D., & Johnson, K. (2015). Gendered Facial Cues Influence Race Categorizations. *Personality & social psychology bulletin*, 41.
<https://doi.org/10.1177/0146167214567153>
- Chen, J. M. (2019). An integrative review of impression formation processes for multiracial individuals. *Social and Personality Psychology Compass*, 13(1), e12430.
<https://doi.org/10.1111/spc3.12430>
- Chen, J. M., de Paula Couto, M. C. P., Sacco, A. M., & Dunham, Y. (2018). To Be or Not to

- Be (Black or Multiracial or White): Cultural Variation in Racial Boundaries. *Social Psychological and Personality Science*, 9(7), 763–772.
<https://doi.org/10.1177/1948550617725149>
- Daflon, V. T., Carvalhaes, F., & Feres Júnior, J. (2017). Sentindo na Pele: Percepções de Discriminação Cotidiana de Pretos e Pardos no Brasil. *Dados*, 60(2), 293–330.
<https://doi.org/10.1590/001152582017121>
- Ferreira de Oliveira, W. J. (2020). Anti-corruption protests, alliance system and political polarization. *Civitas - Revista de Ciências Sociais*, 20(3), 439–453.
<https://doi.org/10.15448/1984-7289.2020.2.38032>
- Franco, A. B., & Pound, N. (2022). The foundations of Bolsonaro’s support: Exploring the psychological underpinnings of political polarization in Brazil. *Journal of Community & Applied Social Psychology*, 32(5), 846–859. <https://doi.org/10.1002/casp.2599>
- Fuks, M., & Marques, P. (2020). *Afeto ou ideologia: Medindo polarização política no Brasil?* 16.
- Fulton, S. A., & Gershon, S. A. (2018). Too Liberal to Win? Race and Voter Perceptions of Candidate Ideology. *American Politics Research*, 46(5), 909–939.
<https://doi.org/10.1177/1532673X18759642>
- G1. (2023, janeiro 13). Ataques em Brasília: Quem quebrou, quem bancou, quem incitou e como agiram as forças de segurança. *G1*.
<https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2023/01/13/ataques-em-brasilia-quem-quebrou-quem-bancou-quem-incitou-e-como-agiram-as-forcas-de-seguranca.ghtml>
- Galli, L. M., & Modesto, J. G. (2021). A Influência das Crenças Conspiratórias e Orientação Política na Vacinação. *Revista de Psicologia da IMED*, 13(1), 179.
<https://doi.org/10.18256/2175-5027.2021.v13i1.4491>
- Gift, K., & Gift, T. (2015). Does Politics Influence Hiring? Evidence from a Randomized

- Experiment. *Political Behavior*, 37(3), 653–675.
<https://doi.org/10.1007/s11109-014-9286-0>
- Gillion, D. Q., Ladd, J. M., & Meredith, M. (2020). Party Polarization, Ideological Sorting and the Emergence of the US Partisan Gender Gap. *British Journal of Political Science*, 50(4), 1217–1243. <https://doi.org/10.1017/S0007123418000285>
- Gimenes, É. R. (2017). Partidarismo, mobilização cognitiva e participação política no Brasil. Em C. G. G. Martelli, M. C. Jardim, & É. R. Gimenes (Orgs.), *Participação política e democracia no Brasil contemporâneo* (Vol. 1–111–150, p. 283). Cultura Acadêmica.
- Gimenes, É. R., Furriel, W. O., Borba, J., & Ribeiro, E. A. (2016). Partidarismo no Brasil: Análise longitudinal dos condicionantes da identificação partidária (2002-2014). *Revista Debates*, 10(2), 121. <https://doi.org/10.22456/1982-5269.67083>
- Greene, S. (2004). Social Identity Theory and Party Identification. *Social Science Quarterly*, 85(1), 136–153. <https://doi.org/10.1111/j.0038-4941.2004.08501010.x>
- Guimarães, A. S. A. (2001). A questão racial na política brasileira (os últimos quinze anos). *Tempo Social*, 13, 121–142. <https://doi.org/10.1590/S0103-20702001000200007>
- Haslam, S. A., Turner, J. C., Oakes, P. J., McGarty, C., & Reynolds, K. J. (1997). The Group as a Basis for Emergent Stereotype Consensus. *European Review of Social Psychology*, 8(1), 203–239. <https://doi.org/10.1080/14792779643000128>
- Hersh, E. D., & Goldenberg, M. N. (2016). Democratic and Republican physicians provide different care on politicized health issues. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, 113(42), 11811–11816. <https://doi.org/10.1073/pnas.1606609113>
- Ho, A. K., Sidanius, J., Levin, D. T., & Banaji, M. R. (2011). Evidence for hypodescent and racial hierarchy in the categorization and perception of biracial individuals. *Journal of Personality and Social Psychology*, 100(3), 492–506.
<https://doi.org/10.1037/a0021562>

- Hogg, M. A. (2006). Social Identity Theory. Em P. J. Burke (Org.), *Contemporary social psychological theories* (p. 111–136). Stanford Social Sciences.
- Hogg, M. A. (2016). Social Identity Theory. Em S. McKeown, R. Haji, & N. Ferguson (Orgs.), *Understanding Peace and Conflict Through Social Identity Theory* (p. 3–17). Springer International Publishing. https://doi.org/10.1007/978-3-319-29869-6_1
- Huber, G. A., & Malhotra, N. (2017). Political Homophily in Social Relationships: Evidence from Online Dating Behavior. *The Journal of Politics*, *79*(1), 269–283. <https://doi.org/10.1086/687533>
- IBGE. (2019). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2019. <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/17270-pnadcontinua.html?edicao=27258>
- Jacobsmeier, M. L. (2015). From Black and White to Left and Right: Race, Perceptions of Candidates' Ideologies, and Voting Behavior in U.S. House Elections. *Political Behavior*, *37*(3), 595–621. <https://doi.org/10.1007/s11109-014-9283-3>
- Jones, P. E., & Brewer, P. R. (2019). Gender Identity as a Political Cue: Voter Responses to Transgender Candidates. *The Journal of Politics*, *81*(2), 697–701. <https://doi.org/10.1086/701835>
- Maciel, A. P. B., Alarcon, A. D. O., & Gimenes, É. R. (2018). Partidos políticos e espectro ideológico: Parlamentares, especialistas, esquerda e direita no Brasil. *Revista Eletrônica de Ciência Política*, *8*(3). <https://doi.org/10.5380/recp.v8i3.54834>
- MacLin, O. H., & Malpass, R. S. (2001). Racial categorization of faces: The ambiguous race face effect. *Psychology, Public Policy, and Law*, *7*(1), 98–118. <https://doi.org/10.1037/1076-8971.7.1.98>

- Maitino, M. E. (2018). “Direita, sem vergonha”: Conformações no campo da direita no Brasil a partir do discurso de Jair Bolsonaro. *PLURAL*, 25(1), 111–134.
<https://doi.org/10.11606/issn.2176-8099.pcs0.2018.149018>
- Mason, L., & Wronski, J. (2018). One Tribe to Bind Them All: How Our Social Group Attachments Strengthen Partisanship: One Tribe to Bind Them All. *Political Psychology*, 39, 257–277. <https://doi.org/10.1111/pops.12485>
- Oakes, P. (2002). Psychological Groups and Political Psychology: A Response to Huddy’s “Critical Examination of Social Identity Theory”. *Political Psychology*, 23(4), 809–824. <https://doi.org/10.1111/0162-895X.00308>
- Oliveira, A. N. C. de. (2021). E em seu nome será exercido: Representação descritiva e desigualdade política de gênero e raça no Brasil. *Civitas: revista de Ciências Sociais*, 21(3), 489–500. <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2021.3.39559>
- Ondercin, H. L., & Lizotte, M. K. (2021). You’ve Lost That Loving Feeling: How Gender Shapes Affective Polarization. *American Politics Research*, 49(3), 282–292.
<https://doi.org/10.1177/1532673X20972103>
- Orwell, G. (1949/2021). *1949* (1^a). Aleph.
- Pauker, K., Meyers, C., Sanchez, D. T., Gaither, S. E., & Young, D. M. (2018). A review of multiracial malleability: Identity, categorization, and shifting racial attitudes. *Social and Personality Psychology Compass*, 12(6), e12392.
<https://doi.org/10.1111/spc3.12392>
- Petrucelli, J. L., Saboia, A. L., & Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Orgs.). (2013). *Características étnico-raciais da população: Classificações e identidades*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística--IBGE.
- Prazeres, L., & BBC. (2022). Explosivo em Brasília: Conversa em condomínio levou polícia a suspeito de montar bomba. *BBC News Brasil*.

<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-64098870>

- Price, V. (1989). Social Identification and Public Opinion: Effects of Communicating Group Conflict. *Public Opinion Quarterly*, 53(2), 197. <https://doi.org/10.1086/269503>
- Reynolds, K. J., & Oakes, P. J. (2000). Variability in Impression Formation: Investigating the Role of Motivation, Capacity, and the Categorization Process. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 26(3), 355–373. <https://doi.org/10.1177/0146167200265008>
- Rodrigues, C., & Pereira, M. M. (2022). Disputando o partido, enfrentando opositores: Efeitos políticos dos movimentos negro e LGBTQ+ nos governos Lula e Dilma (2003-2014). *Opinião Pública*, 28(3), 635–677. <https://doi.org/10.1590/1807-01912022283635>
- Scheffer, F. (2016). *Ideologia e comportamento parlamentar na Câmara dos Deputados: Faz sentido ainda falar em esquerda e direita?* [Universidade Federal de Santa Catarina]. <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/172579>
- Schneider, M. C., & Bos, A. L. (2019). The Application of Social Role Theory to the Study of Gender in Politics. *Political Psychology*, 40(S1), 173–213. <https://doi.org/10.1111/pops.12573>
- Silva, S. M. da. (2022). Supremacia masculina nos partidos políticos: Violência política simbólica contra as mulheres? *Revista IusGênero América Latina*, 1(1), Artigo 1. <https://doi.org/10.58238/igal.v1i1.10>
- Silva, G. M., & Leão, L. T. de S. (2012). O paradoxo da mistura: Identidades, desigualdades e percepção de discriminação entre brasileiros pardos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 27(80), 117–133. <https://doi.org/10.1590/S0102-69092012000300007>
- Somer, M., & McCoy, J. (2018). Déjà vu? Polarization and Endangered Democracies in the 21st Century. *American Behavioral Scientist*, 62(1), 3–15. <https://doi.org/10.1177/0002764218760371>

- Sousa, R. S. de, Oliveira Filho, P. de, Araújo, J. B., & Vieira, D. V. M. (2022). A Identidade da Direita em Narrativas de seus Militantes numa Universidade Brasileira. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 42, e230399. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003e230399>
- Tajfel, H. (1978). Social Categorization, Social Identity and Social Comparison. Em H. Tajfel, *Differentiation between Social Groups: Studies in the Social Psychology of Intergroup Relations* (p. 61–76). Academic Press.
- Tajfel, H., & Turner, J. C. (2004). Political Psychology. Em J. T. Jost & J. Sidanius, *Political Psychology* (p. 367–390). Psychology Press.
- Torres, A. R. R., & Camino, L. (2013). Grupos sociais, relações intergrupais e identidade social. Em L. Camino, A. R. R. Torres, M. E. O. Lima, & M. E. Pereira (Orgs.), *Psicologia Social: Temas e Teorias* (2ª ed, p. 515–539). Technopolitik.
- Tskhay, K. O., & Rule, N. O. (2015). Emotions facilitate the communication of ambiguous group memberships. *Emotion*, 15(6), 812–826. <https://doi.org/10.1037/emo0000077>
- Veenstra, K., & Haslam, S. A. (2000). Willingness to participate in industrial protest: Exploring social identification in context. *British Journal of Social Psychology*, 39(2), 153–172. <https://doi.org/10.1348/014466600164390>
- Visalvanich, N. (2017). When does race matter? Exploring white responses to minority congressional candidates. *Politics, Groups, and Identities*, 5(4), 618–641. <https://doi.org/10.1080/21565503.2016.1146152>
- Vrydagh, F., & Jiménez-Martínez, C. (2020). Talking with the right-wing: Pernicious polarization in Brazil and the philosophy of Paulo Freire. *International Communication Gazette*, 82(5), 456–473. <https://doi.org/10.1177/1748048520943695>
- Wilson Gomes [@willgomes]. (2022, janeiro 16). *Chega a ser monótono o quanto os “progressistas” me transformam em branco para poder descartar mais facilmente*

meus argumentos sem precisar considerá-los. Criticou os dogmas identitários? Ou é racista ou é branco e não tem terceira opção. É um padrão <https://t.co/ELNrzkTm8C>
[Tweet]. Twitter. <https://twitter.com/willgomes/status/1482755162368319488>

Young, D. M., Sanchez, D. T., & Wilton, L. S. (2016). Too Rich For Diversity: Socioeconomic Status Influences Multifaceted Person Perception of Latino Targets. *Analyses of Social Issues and Public Policy*, 16(1), 392–416.
<https://doi.org/10.1111/asap.12104>

Anexo

Anexo A

[Instrução] A seguir, gostaríamos de saber sua opinião sobre o seguinte político. Leia a seguinte declaração deste político e responda às seguintes perguntas.



[Declaração Esquerda]

Declaração

“Todos nós temos direito a cuidados de saúde de alta qualidade. O SUS garante esse direito e melhorou muito o bem-estar do povo brasileiro. Portanto, vou trabalhar para proteger e fortalecer o Sistema Único de Saúde, aumentando os serviços e recursos investidos pelo Estado para atender as demandas de saúde.

Outra base de meu mandato, caso eleito, será a educação. Acredito que os problemas da educação no Brasil envolvem a falta de investimento público, o que gera desigualdades educacionais. Defendo que ao elevar os gastos com a educação pública, podemos superar as desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual.

Finalmente, acredito que nossas leis tributárias atuais favorecem as grandes corporações e os ricos, enquanto o brasileiro médio se sente pior com a mordida do cobrador de impostos. Eu

apoio um sistema tributário mais justo que beneficie as pessoas comuns, em vez de bilionários e grandes corporações.”

[Declaração Direita]

Declaração

“Todos nós temos direito a cuidados de saúde de alta qualidade. O SUS acaba sendo insuficiente para garantir esse direito. Portanto, vou trabalhar para incentivar a participação da iniciativa privada no sistema de saúde para elevar a qualidade dos serviços prestados ao cidadão e reduzir os gastos do governo.

Outra base de meu mandato, caso eleito, será a educação. Acredito que o problema da educação no Brasil envolve a doutrinação política e ideológica, que padroniza a formação da juventude, e isso fere o direito das famílias de assegurar a melhor educação aos seus filhos. Acredito que o conteúdo escolar não pode contrariar as convicções religiosas ou morais dos pais.

Finalmente, acredito que nossas leis tributárias atuais retiram muito do salário do brasileiro médio e o entregam aos burocratas do governo. Eu apoio um sistema tributário mais justo que reduza os impostos para todos, em vez de dar mais do nosso dinheiro suado ao governo, inchando a máquina pública.”

Anexo B

[Instrução] A seguir, gostaríamos de saber sua opinião sobre a seguinte candidata. Leia a seguinte declaração desta candidata e responda às seguintes perguntas.



[Declaração Esquerda]

Declaração

“Todos nós temos direito a cuidados de saúde de alta qualidade. O SUS garante esse direito e melhorou muito o bem-estar do povo brasileiro. Portanto, vou trabalhar para proteger e fortalecer o Sistema Único de Saúde, aumentando os serviços e recursos investidos pelo Estado para atender as demandas de saúde.

Outra base de meu mandato, caso eleita, será a educação. Acredito que os problemas da educação no Brasil envolvem a falta de investimento público, o que gera desigualdades educacionais. Defendo que ao elevar os gastos com a educação pública, podemos superar as desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual.

Finalmente, acredito que nossas leis tributárias atuais favorecem as grandes corporações e os ricos, enquanto o brasileiro médio se sente pior com a mordida do cobrador de impostos. Eu

apoio um sistema tributário mais justo que beneficie as pessoas comuns, em vez de bilionários e grandes corporações.”

[Declaração Direita]

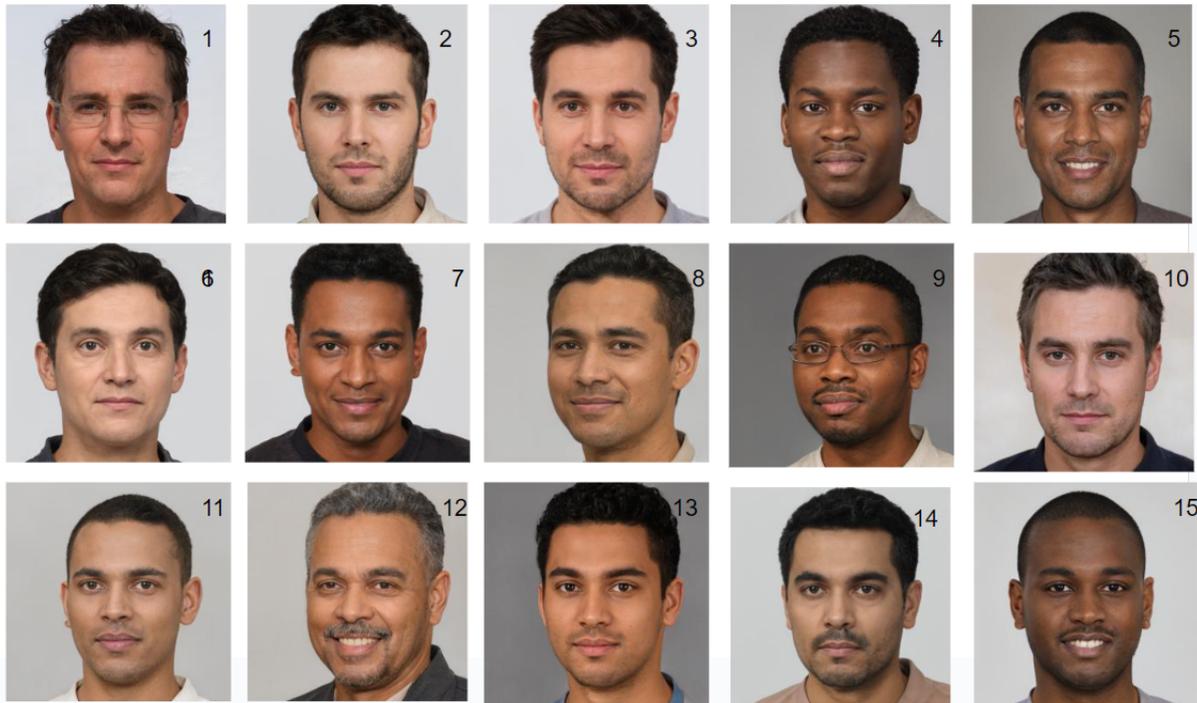
Declaração

“Todos nós temos direito a cuidados de saúde de alta qualidade. O SUS acaba sendo insuficiente para garantir esse direito. Portanto, vou trabalhar para incentivar a participação da iniciativa privada no sistema de saúde para elevar a qualidade dos serviços prestados ao cidadão e reduzir os gastos do governo.

Outra base de meu mandato, caso eleita, será a educação. Acredito que o problema da educação no Brasil envolve a doutrinação política e ideológica, que padroniza a formação da juventude, e isso fere o direito das famílias de assegurar a melhor educação aos seus filhos. Acredito que o conteúdo escolar não pode contrariar as convicções religiosas ou morais dos pais.

Finalmente, acredito que nossas leis tributárias atuais retiram muito do salário do brasileiro médio e o entregam aos burocratas do governo. Eu apoio um sistema tributário mais justo que reduza os impostos para todos, em vez de dar mais do nosso dinheiro suado ao governo, inchando a máquina pública.”

Anexo C



Anexo D

